

Princípios Para Títulos Sociais (Social Bond Principles) Diretrizes Voluntárias para Emissão de Títulos Sociais

Junho 2021

AVISO: “Para evitar dúvidas, a versão em língua inglesa dos [Princípios Para Títulos Sociais \(Social Bond Principles\)](#) publicada na seção de finanças sustentáveis do site da ICMA é a versão oficial do documento. Esta tradução é fornecida apenas para referência geral.”

INTRODUÇÃO

Os [Princípios Para Títulos Sociais \(Social Bond Principles – “SBP”\)](#), juntamente com os [Princípios Para Títulos Verdes \(Green Bond Principles – “GBP Diretrizes para Títulos de Sustentabilidade \(Sustainability Bond Guidelines - “SBG”\)](#) e [Princípios para Títulos Vinculados à Sustentabilidade \(Sustainability-Linked Bond Principles - “SLBP”\)](#) são publicados sob a governança dos Princípios. Os Princípios são uma coleção de diretrizes voluntárias com a missão e visão declaradas de promover o papel que os mercados globais de dívida podem desempenhar no financiamento de atividades que contribuam para o progresso da sustentabilidade ambiental e social.

Os Princípios descrevem melhores práticas para a emissão de títulos de dívida que atendem a propósitos sociais e/ou ambientais por meio de diretrizes e recomendações globais que promovem transparência e divulgação, reforçando assim a integridade do mercado. Os princípios também contribuem para a conscientização sobre a importância do impacto ambiental e social entre os participantes do mercado financeiro, o que visa, em última instância, a atrair mais capital para apoiar o desenvolvimento sustentável.

Os SBP procuram apoiar os emissores no financiamento de projetos socialmente sólidos e sustentáveis que alcancem maiores benefícios sociais. A emissão alinhada ao SBP deve fornecer credenciais sociais transparentes juntamente com uma oportunidade de investimento. Ao recomendar que os emissores informem sobre o uso dos recursos dos Títulos Sociais, os SBP promovem um salto qualitativo na transparência que facilita o rastreamento de fundos para projetos sociais, ao mesmo tempo em que visa melhorar a percepção de seu impacto estimado.

Os SBP fornecem categorias de alto nível para Projetos Sociais elegíveis em reconhecimento à diversidade de visões atuais e ao desenvolvimento contínuo na compreensão das questões e consequências sociais. Os SBP incentivam todos os participantes do mercado a usar essa base para desenvolver suas próprias práticas robustas, referenciando um amplo conjunto de critérios complementares quando pertinente.

Os SBP são de natureza colaborativa e consultiva com base nas contribuições dos [Membros e Observadores](#) dos Princípios e da comunidade mais ampla de partes interessadas. Eles são atualizados conforme necessário para refletir o desenvolvimento e o crescimento do mercado global de Títulos Sociais. O SBP, e os Princípios em geral, são coordenados pelo [Comitê Executivo](#) com o apoio do Secretariado.

Além dos SBP, os Princípios oferecem abordagens que refletem os compromissos de sustentabilidade no nível do emissor, que podem complementar ou fornecer uma alternativa ao foco no uso dos recursos. Esses compromissos podem ser expressos por meio de títulos vinculados à sustentabilidade (SLBs), bem como por meio de estratégias e divulgações específicas do emissor, conforme recomendado pelo [Climate Transition Finance Handbook](#) ao comunicar os planos de transição climática alinhados ao Acordo de Paris. Uma ilustração dos produtos e orientações relacionadas cobertas pelos Princípios é apresentada no Apêndice 2.

A EDIÇÃO 2021 DOS SBP

A edição 2021 dos SBP, em consonância com a edição 2021 dos GBP, se beneficia do feedback da consulta de 2020 aos Membros e Observadores dos Princípios, do [Conselho Consultivo](#), bem como da contribuição dos [grupos de trabalho](#) coordenados pelo Comitê Executivo com o apoio do Secretariado.

Notavelmente, a edição de 2021 dos SBP traz recomendações acerca da preparação de Marcos de Títulos Sociais e Revisões Externas juntamente com os quatro componentes principais dos SBP. Também recomenda maior transparência para estratégias e compromissos de sustentabilidade no nível do emissor.

Além disso, fornece orientação sobre os processos do emissor para identificar mitigantes para riscos materiais conhecidos de impactos sociais e/ou ambientais negativos. Ele também contém esclarecimentos e atualizações adicionais relacionados às práticas de mercado recomendadas.

Esta edição também inclui referências importantes para documentos complementares aos Princípios, incluídos no [Climate Transition Finance Handbook](#), [Harmonised Framework for Impact Reporting e Guidelines for External Reviews](#), que são complementados pelo [Guidance Handbook](#)

DEFINIÇÃO DE TÍTULOS SOCIAIS

Títulos Sociais são qualquer tipo de título de dívida em que os recursos, ou montante equivalente, serão exclusivamente aplicados no financiamento ou refinanciamento parcial ou total de Projetos Sociais elegíveis novos e/ou existentes (ver seção Uso dos Recursos abaixo) e que sejam alinhados com os quatro componentes centrais dos SBP.

Existem diferentes tipos de Títulos Sociais no mercado. Estes são descritos no Apêndice 1.

Entende-se que determinados Projetos Sociais elegíveis também podem ter co-benefícios ambientais, e que a classificação de um título de uso de recursos como Título Social deve ser determinada pelo emissor com base em seus objetivos principais para os projetos subjacentes. Títulos que misturam intencionalmente Projetos Verdes e Sociais são chamados de Títulos de Sustentabilidade, e orientações específicas para estes são fornecidas separadamente nas [Diretrizes para Títulos de Sustentabilidade \(Sustainability Bond Guidelines\)](#).

É importante observar que os Títulos Sociais não devem ser considerados fungíveis com títulos que não estejam alinhados com os quatro componentes centrais do SBP. Títulos emitidos sob o *Social Bond Guidance* divulgados antes desta versão são considerados consistentes com o SBP.

PRINCÍPIOS PARA TÍTULOS SOCIAIS

Os *Princípios Para Títulos Sociais (Social Bond Principles - SBP)* são diretrizes voluntárias que recomendam transparência na divulgação de informações e promovem a integridade no desenvolvimento do mercado de Títulos Sociais, esclarecendo a abordagem para emissão destes. Os SBP destinam-se ao amplo uso do mercado: fornecem aos emissores orientações sobre os principais componentes envolvidos no lançamento de um Título Social confiável; auxiliam os investidores promovendo a disponibilidade de informações necessárias para avaliar o impacto ambiental de seus investimentos em Títulos Sociais; e auxiliam os coordenadores financeiros oferecendo processos que facilitarão transações que preservam a integridade do mercado.

Os SBP recomendam processos claros e transparência para os emissores, os quais investidores, bancos, prestadores de serviço, agentes de colocação e outros podem usar para entender as características de qualquer Título Social. Os SBP enfatizam a necessária transparência, precisão e integridade das informações que serão divulgadas e relatadas pelos emissores às partes interessadas por meio de componentes centrais e recomendações-chave.

Os quatro componentes principais para alinhamento com os SBP são:

1. Uso dos Recursos
2. Processo para Avaliação e Seleção de Projetos
3. Gestão dos Recursos
4. Relatório

As principais recomendações para aumentar a transparência são:

- (i) Marcos (*Frameworks*) de Títulos Sociais
- (ii) Revisões externas

1. Uso dos Recursos

A pedra fundamental de um Título Social é a utilização dos recursos do título para Projetos Sociais elegíveis que devem ser devidamente descritos na documentação legal do título. Todos os Projetos Sociais elegíveis designados devem fornecer benefícios sociais claros, que serão avaliados e, quando viável, quantificados pelo emissor.

Caso a totalidade ou parte dos recursos sejam ou possam ser usados para refinanciamento, recomenda-se que os emissores forneçam uma estimativa da parcela de financiamento versus refinanciamento e, quando apropriado, também esclareçam quais investimentos ou portfólios de projetos podem ser refinanciados e, na medida do relevante, o período retroativo esperado para Projetos Sociais elegíveis refinanciados.

Os Projetos Sociais visam diretamente abordar ou mitigar um problema social específico e/ou buscam alcançar resultados sociais positivos, especialmente, mas não exclusivamente, para uma ou mais população(ões)-alvo. Uma questão social ameaça, dificulta ou prejudica o bem-estar da sociedade ou de uma população-alvo específica. Para evitar dúvidas, reconhece-se que a definição de população-alvo pode variar dependendo dos contextos locais e que, em alguns casos, essa(s) população(ões)-alvo também pode(m) ser representada(s) pelo público em geral. Veja abaixo exemplos ilustrativos de categorias de Projetos Sociais.

A lista de categorias de projetos a seguir, embora indicativa, captura os tipos de projetos mais comumente usados apoiados, ou que se espera que sejam apoiados, pelo mercado de Títulos Sociais. Projetos Sociais incluem ativos, investimentos e outros gastos relacionados e de suporte, como pesquisa e desenvolvimento que podem estar relacionados a mais de uma categoria.

As categorias de Projetos Sociais incluem, mas não se limitam, a fornecer e/ou promover:

- Infraestrutura básica acessível (por exemplo, água potável, esgoto, saneamento, transporte, energia)
- Acesso a serviços essenciais (por exemplo, saúde, educação e formação profissional, cuidados de saúde, financiamento e serviços financeiros)
- Habitação a preços acessíveis
- Geração de emprego e programas projetados para prevenir e/ou aliviar o desemprego decorrente de crises socioeconômicas, inclusive por meio do efeito potencial do financiamento de PME e microfinanças
- Segurança alimentar e sistemas alimentares sustentáveis (por exemplo, acesso físico, social e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes que atendam às necessidades e requisitos alimentares; práticas agrícolas resilientes; redução da perda e desperdício de alimentos; e melhor produtividade dos pequenos produtores)

- Avanço socioeconômico e empoderamento (por exemplo, acesso equitativo a ativos, serviços, recursos e oportunidades; participação e integração equitativa no mercado e na sociedade, incluindo redução da desigualdade de renda)

Exemplos de populações-alvo incluem, mas não estão limitados, àquelas que encontram-se:

1. Vivendo abaixo da linha da pobreza
2. Populações e/ou comunidades excluídas e/ou marginalizadas
3. Pessoas com deficiência
4. Migrantes e/ou deslocados
5. Analfabetos ou com baixo nível de instrução
6. Mal atendidas, devido à falta de acesso de qualidade a bens e serviços essenciais
7. Desempregados
8. Mulheres e/ou minorias sexuais e de gênero
9. Idosos e jovens vulneráveis
10. Outros grupos vulneráveis, inclusive como resultado de desastres naturais

Existem diversas categorias e conjuntos de critérios definidores de Projetos Sociais já existentes no mercado que podem ser utilizados como orientação complementar. Os emissores e outras partes interessadas podem consultar estudos de caso e exemplos por meio de links que podem ser encontrados na seção de finanças sustentáveis do site da ICMA. As definições de Projetos Sociais também podem variar dependendo do setor e geografia.

2. Processo para Avaliação e Seleção de Projetos

O emissor de um Título Social deve comunicar claramente aos investidores:

- Os objetivos dos Projetos Sociais elegíveis;
- O processo pelo qual o emissor determina como os projetos se enquadram nas categorias elegíveis de Projetos Sociais (exemplos identificados acima);
- Informações complementares sobre os processos pelos quais o emissor identifica e gerencia os riscos socioambientais percebidos associados ao(s) projeto(s) relevante(s).

Os emissores também são incentivados a:

- Posicionar as informações comunicadas acima no contexto dos objetivos, estratégias, políticas e/ou processos do emissor relacionados à sustentabilidade social.
- Fornecer informações sobre os critérios de elegibilidade relacionados, incluindo, se aplicável, critérios de exclusão, e também divulgar quaisquer padrões sociais ou certificações referenciadas na seleção de projetos.

- Ter um processo implementado para identificar mitigantes de riscos materiais conhecidos de impactos sociais e/ou ambientais negativos do(s) projeto(s) relevante(s). Esses mitigantes podem incluir análises claras e relevantes de *trade-off* realizadas e monitoramento necessário quando o emissor avalia que os riscos potenciais são significativos.

3. Gestão dos Recursos

Os recursos líquidos de um Título Social, ou um valor igual a esses recursos líquidos, devem ser creditados em uma subconta ou de outra forma rastreados pelo emissor de maneira apropriada, e atestados pelo emissor em um processo interno formal vinculado às operações de empréstimo e investimento do emissor para Projetos Sociais elegíveis.

Durante a vida útil do Título Social, o saldo dos recursos deve ser monitorado periodicamente para refletir as alocações aos Projetos Sociais elegíveis feitos durante esse período. O emissor deve reportar aos investidores os tipos pretendidos de alocação temporária para o saldo dos recursos líquidos não alocados.

Os recursos dos Títulos Sociais podem ser administrados por título (abordagem individual) ou de forma agregada para vários títulos sociais (abordagem de portfólio).

Os SBP incentivam um alto nível de transparência e recomendam que a gestão de recursos de um emissor seja complementada pelo uso de um auditor externo, ou outro terceiro, para verificar o processo de rastreamento interno e a alocação dos recursos dos Títulos Sociais (consulte seção de recomendações abaixo).

4. Relatório

Os emissores devem disponibilizar e manter prontamente disponíveis informações atualizadas sobre o uso dos recursos, as quais devem ser atualizadas anualmente até a alocação total, e em tempo hábil em caso de eventos relevantes. O relatório anual deve incluir uma lista dos projetos para os quais foram alocados recursos dos Títulos Sociais, bem como uma breve descrição dos projetos, os valores alocados e seu impacto esperado. Quando acordos de confidencialidade, considerações competitivas ou muitos projetos subjacentes limitam a quantidade de detalhes que podem ser disponibilizados, os SBP recomendam que as informações sejam apresentadas em termos genéricos ou em uma base agregada (por exemplo, porcentagem atribuída a determinada categoria de projetos).

A transparência é de particular valor na comunicação do impacto esperado e/ou alcançado dos projetos. Os SBP recomendam o uso de indicadores de desempenho qualitativos e, sempre que possível, medidas de desempenho quantitativas (p.ex. número de beneficiários, especialmente de populações-alvo) e divulgação da metodologia subjacente e/ou premissas usadas na determinação

quantitativa. Os emissores devem consultar e adotar, sempre que possível, os modelos de orientação e relatórios de impacto fornecidos no [Harmonised Framework for Impact Reporting for Social Bonds](#). O uso de um resumo, que reflete as principais características de um Título Social ou programa de Títulos Sociais, e ilustra seu alinhamento com os quatro componentes principais dos SBP, pode ajudar a informar os participantes do mercado. Para esse fim, um modelo pode ser encontrado na [seção de finanças sustentáveis](#) do site da ICMA que, uma vez completo, pode ser disponibilizado on-line para informação ao mercado (consulte a seção Centro de Recursos).

RECOMENDAÇÕES ADICIONAIS

Marcos (Frameworks) de Títulos Sociais

Os emissores devem explicar o alinhamento de seu Título Social ou programa de Títulos Sociais com os quatro componentes principais dos SBP (ou seja, Uso de Recursos, Processo para Avaliação e Seleção de Projetos, Gestão dos Recursos e Relatório) em um marco de Títulos Sociais ou em sua documentação legal. Esse marco e/ou documentação legal deve estar disponível em um formato facilmente acessível aos investidores.

Recomenda-se que os emissores resumam em seu *Framework* de Títulos Sociais informações relevantes dentro do contexto da estratégia de sustentabilidade do emissor.

Revisões externas

Recomenda-se que os emissores indiquem provedor(es) de revisão externa para avaliar por meio de uma revisão externa pré-emissão, o alinhamento de seu programa e/ou marco de Títulos Sociais com os quatro componentes principais dos SBP (ou seja, Uso de Receitas, Processo para Avaliação e Seleção de Projetos, Gestão dos Recursos e Relatório) conforme definido acima.

Após a emissão, recomenda-se que a gestão e alocação dos recursos seja complementada pelo uso de um auditor externo, ou outro terceiro, para verificar o processo interno de rastreamento e alocação de recursos dos recursos do Título Social para os Projetos Sociais elegíveis.

Existem várias maneiras de os emissores obterem informações externas para o processo de emissão de um Título Social e existem vários tipos de revisão que podem ser fornecidos ao mercado. Os emissores devem consultar as [Diretrizes Para Revisões Externas](#) para recomendações e explicações sobre os diferentes tipos de revisões. Estas Diretrizes foram desenvolvidas pelos Princípios para promover melhores práticas. Eles são uma iniciativa baseada no mercado para fornecer informações e transparência sobre os processos de revisão externa para emissores, subscritores, investidores, outras partes interessadas e os próprios revisores externos.

Os SBP incentivam os provedores de avaliações externas a divulgarem suas credenciais e conhecimentos relevantes e comunicarem claramente o escopo da(s) avaliação(ões) realizada(s). Os emissores devem disponibilizar publicamente as revisões externas em seu site e/ou por meio de qualquer outro canal de comunicação acessível conforme apropriado, bem como usar o modelo para revisões externas disponível na [seção de finanças sustentáveis](#) do site da ICMA.

CENTRO DE RECURSOS

Modelos recomendados e outros recursos dos SBP estão disponíveis na [seção de finanças sustentáveis](#) do site da ICMA. Os modelos preenchidos para informações de mercado sobre transações podem ser disponibilizados online no Centro de Recursos

DISCLAIMER

Os Princípios Para Títulos Sociais (Social Bond Principles) são diretrizes de processo voluntárias que não constituem uma oferta de compra ou venda de títulos nem constituem aconselhamento específico de qualquer forma (fiscal, legal, ambiental, contábil ou regulatória) em relação a Títulos Sociais ou quaisquer outros títulos. Os Princípios Para Títulos Sociais (Social Bond Principles) não criam quaisquer direitos ou responsabilidades para qualquer pessoa, pública ou privada. Os emissores adotam e implementam os Princípios Para Títulos Sociais (Social Bond Principles) de forma voluntária e independente, sem dependência ou recurso aos Princípios Para Títulos Sociais (Social Bond Principles), e são os únicos responsáveis pela decisão de emitir Títulos Sociais. Os subscritores de Títulos Sociais não são responsáveis se os emissores não cumprirem seus compromissos com os Títulos Sociais e o uso dos recursos líquidos resultantes. Se houver um conflito entre quaisquer leis, estatutos e regulamentos aplicáveis e as diretrizes estabelecidas nos Princípios Para Títulos Sociais (Social Bond Principles), as leis, estatutos e regulamentos locais relevantes prevalecerão

APÊNDICE 1

TIPOS DE TÍTULOS SOCIAIS

Existem atualmente quatro tipos de Títulos Sociais (tipos adicionais podem surgir à medida que o mercado se desenvolve e estes serão incorporados nas atualizações dos SBP):

- **Título Social Padrão:** uma obrigação de dívida padrão com recurso ao emissor alinhada com os SBP.
- **Título Social com Colateral de Receita:** uma obrigação de dívida sem recurso ao emissor alinhada com os SBP, em que a exposição de crédito no título está vinculada a fluxos de caixa como receitas, taxas, impostos etc., e cujos recursos vão para Projetos Sociais relacionados ou não relacionados
- **Título de Projeto Social:** um título para financiar um único ou vários Projetos Sociais, e a cujos riscos o investidor tem exposição direta com ou sem recurso potencial ao emissor, e que estão alinhados com os SBP.
- **Título de Securitização Social:** um título garantido por um ou mais Projetos Sociais específicos, incluindo, entre outros, títulos colateralizados, FIDCs, CRIs, CRAs e outras estruturas, alinhados com os SBP. A primeira fonte de pagamento é geralmente o fluxo de caixa dos ativos. Esse tipo de título cobre, por exemplo, *covered bonds* lastreados em projetos de moradia popular, hospitais e escolas.

Nota 1

Reconhece-se que existe um mercado de títulos com temas sustentáveis, em alguns casos denominados "*pure play*", emitidos por organizações que se dedicam principal ou integralmente a atividades sociais ou sustentáveis, mas que não seguem os quatro componentes centrais dos SBP. Nesses casos, os investidores precisarão ser informados adequadamente e deve-se tomar cuidado para não implicar características dos SBP por uma referência de Título Social. Essas organizações são incentivadas a adotar, sempre que possível, as melhores práticas relevantes dos SBP (por exemplo, para relatório) para esses títulos sociais existentes ou de outra forma, e alinhar questões futuras com os SBP.

Nota 2

Reconhece-se que existe um mercado de títulos com temas sustentáveis que financiam uma combinação de projetos verdes e sociais, inclusive aqueles vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS"). Em alguns casos, esses títulos podem ser emitidos por organizações que estão principalmente ou totalmente envolvidas em atividades sustentáveis, mas seus títulos podem não se alinhar aos quatro componentes principais dos SBP. Nesses casos, os



investidores precisarão ser informados adequadamente e deve-se tomar cuidado para não implicar características dos SBP (ou GBP) por uma referência de Título de Sustentabilidade ou ODS. Essas entidades emissoras são incentivadas a adotar, sempre que possível, as melhores práticas relevantes dos SBP (por exemplo, para relatório) para tais títulos de sustentabilidade, ODS ou outros títulos temáticos existentes, e alinhar futuras emissões com os SBP e o GBP.

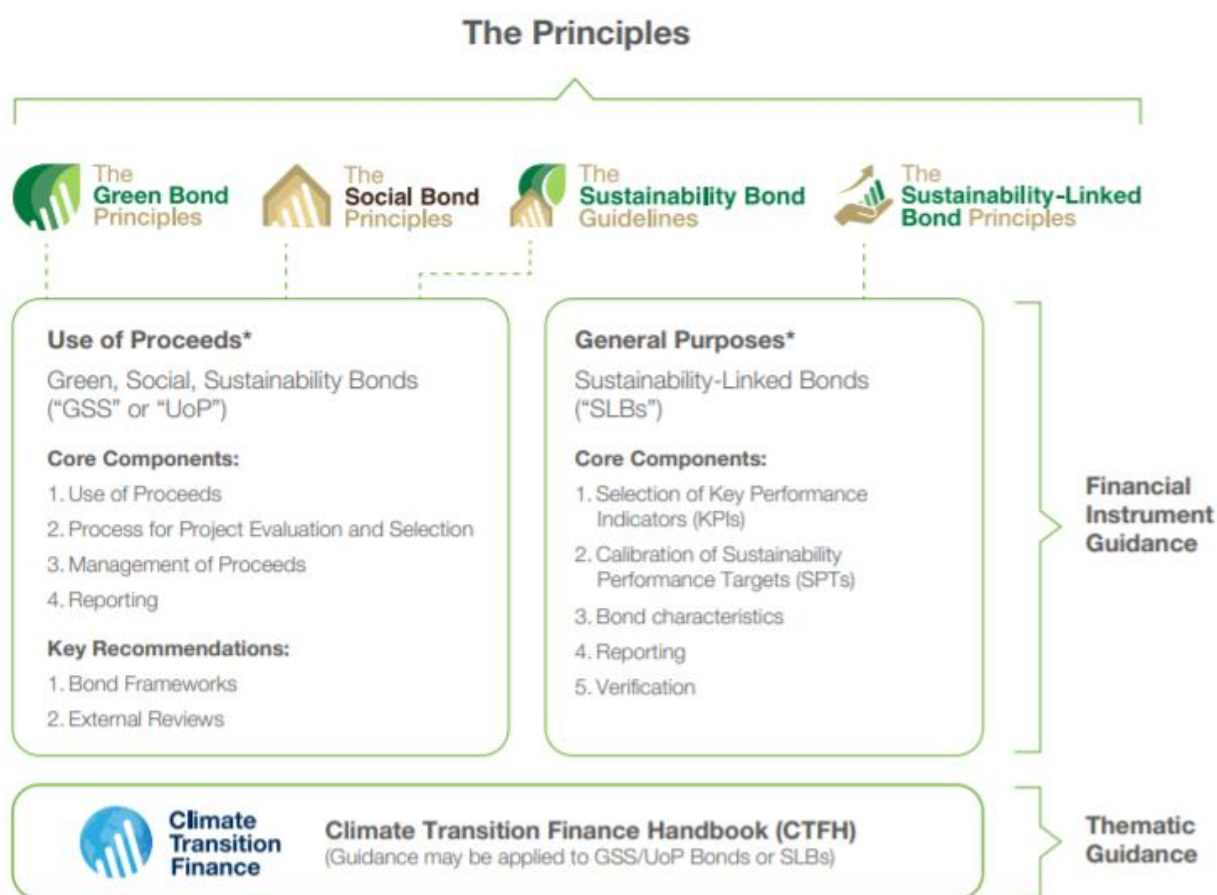
Um mapeamento dos GBP e SBP para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está disponível e visa fornecer um amplo quadro de referência pelo qual emissores, investidores e participantes do mercado possam avaliar os objetivos de financiamento de um determinado Título Verde, Social ou de Sustentabilidade contra os ODS. Ele pode ser encontrado na [seção de finanças sustentáveis](#) do site da ICMA.

Nota 3

Reconhece-se que os emissores podem desejar alinhar seus Títulos Sociais tanto com os SBP quanto com os SLBP. Para evitar dúvidas, tal abordagem permanece a critério dos emissores e não é recomendada nem desencorajada.

APÊNDICE 2

INFOGRÁFICO DOS PRINCÍPIOS



* De acordo com os GBP, SBP e SBG, um montante igual aos recursos líquidos dos títulos deve ser dedicado ao financiamento de projetos elegíveis (Obrigações de Uso de Recursos), enquanto sob os SLBP, os recursos são principalmente para fins gerais de um emissor e vinculados a KPIs identificados e SPTs (Metas Vinculadas à Sustentabilidade). Um título que combina SLB e Uso de Recursos deve aplicar a orientação para ambos os tipos de títulos.